

SUMÁRIO

.....

CAPÍTULO 1 – Organização da Justiça do Trabalho	25
1.1. Organização da Justiça do Trabalho	25
1.1.1. Introdução	25
1.1.2. Tribunal Superior do Trabalho	26
1.1.3. Tribunais Regionais do Trabalho	29
1.1.4. Juízes do trabalho	31
1.2. Juízo 100% digital	32
1.3. Órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho	33
1.4. Dos distribuidores	33
1.5. Competência da Justiça do Trabalho	34
1.5.1. Jurisdição e competência	34
1.5.2. Competência em razão da matéria e da pessoa	35
1.5.2.1. Ações oriundas da relação de trabalho	36
1.5.2.2. Entes de direito público externo	39
1.5.2.3. Servidores da administração pública	41
1.5.2.4. Ações que envolvam o exercício do direito de greve	43
1.5.2.5. Ações sobre representação sindical	44
1.5.2.6. Mandado de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>	46
1.5.2.7. Conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista	48

1.5.2.8.	Ações de indenização por dano moral ou patrimonial	49
1.5.2.9.	Ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.....	51
1.5.2.10.	Execução de ofício das contribuições sociais	52
1.5.2.11.	Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho	55
1.5.2.12.	Poder normativo	55
1.5.2.13.	Ações que versam sobre descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores.....	55
1.5.2.14.	Homologação de Acordo Extrajudicial.....	55
1.5.3.	Competência territorial das Varas do Trabalho.....	57
1.6.	Resumo da matéria.....	59
1.7.	Questões Correlatas.....	67
	Gabarito	82
CAPÍTULO 2 – Ministério Público do Trabalho.....		83
2.1.	Ministério Público	83
2.1.1.	Princípios institucionais.....	83
2.1.2.	Princípio do promotor natural.....	84
2.1.3.	Dos instrumentos de atuação.....	84
2.1.4.	Autonomia funcional, administrativa, financeira, iniciativa legislativa e elaboração de proposta orçamentária	88
2.1.5.	Procurador-Geral da República – requisitos para investidura e procedimentos para destituição	90
2.1.6.	Garantias, prerrogativas e vedações aos membros.....	90
2.1.6.1.	Garantias.....	90
2.1.6.2.	Prerrogativas	91
2.1.6.3.	Vedações	93
2.1.7.	Funções institucionais do Ministério Público.....	95

2.1.8. Estrutura e abrangência.....	97
2.2. Ministério Público do Trabalho	97
2.2.1. Órgãos e atribuições do Ministério Público do Trabalho	97
2.2.2. Atuação judicial: previsão legal, atuação como órgão agente e interveniente	99
2.2.2.1. Previsão legal.....	99
2.2.2.2. Atuação como órgão agente	101
2.2.2.3. Atuação como órgão interveniente	102
2.2.3. Atuação extrajudicial	103
2.3. Resumo da matéria.....	104
2.4. Questões Correlatas.....	109
Gabarito	110

CAPÍTULO 3 – Atos, Termos, Prazos e Nulidades Processuais..... 111

3.1. Atos processuais.....	111
3.1.1. Conceito	111
3.1.2. Classificação	112
3.1.3. Comunicação dos atos.....	113
3.1.4. Publicidade	118
3.1.5. Ato processual por <i>fac-símile</i>	120
3.1.6. Informatização do processo judicial	120
3.1.6.1. Do acesso	120
3.1.6.2. Da disponibilidade do sistema	123
3.1.6.3. Petições e documentos	124
3.1.6.4. Atos Processuais	126
3.1.6.5. Contagem dos Prazos Processuais	127
3.2. Prazos processuais	128
3.2.1. Contagem dos prazos.....	128
3.2.2. Principais prazos trabalhistas.....	134
3.3. Nulidades processuais.....	137

3.3.1. Introdução	137
3.3.2. Vícios dos atos processuais	137
3.3.3. Princípios.....	139
3.4. Resumo da matéria.....	141
3.5. Questões Correlatas.....	152
Gabarito	159
CAPÍTULO 4 – Partes e Procuradores.....	161
4.1. Partes.....	161
4.1.1. Conceito, denominação e capacidade.....	161
4.1.1.1. Conceito.....	161
4.1.1.2. Denominação	161
4.1.1.3. Capacidade	162
4.1.1.4. <i>Jus postulandi</i>	164
4.1.1.5. Representação e assistência.....	165
4.2. Procuradores.....	168
4.3. Justiça Gratuita.....	173
4.3.1. Beneficiários da justiça gratuita	173
4.3.2. Abrangência do benefício da justiça gratuita	175
4.3.3. Não extensão do benefício da justiça gratuita.....	177
4.3.4. Modulação da concessão dos benefícios da justiça gratuita.....	177
4.3.5. Requerimento da gratuidade da justiça	178
4.3.6. Impugnação ao pedido de gratuidade da justiça.....	179
4.3.7. Recurso	180
4.4. Assistência judiciária.....	180
4.5. Substituição processual	182
4.6. Sucessão processual das partes e dos procuradores	185
4.7. Litigância de Má-fé.....	188
4.8. Honorários de advogado	189

4.9. Resumo da matéria.....	193
4.10. Questões Correlatas.....	204
Gabarito	214
CAPÍTULO 5 – Dissídio Individual.....	215
5.1. Procedimento comum.....	215
5.1.1. Postulação do autor.....	215
5.1.1.1. Reclamação verbal ou escrita	215
5.1.1.2. Requisitos da petição inicial trabalhista	216
5.1.1.3. Outros requisitos da petição inicial.....	217
5.1.2. Atos intermediários de órgãos auxiliares da Justiça	218
5.1.3. Resposta do réu.....	219
5.1.3.1. Espécies	219
5.1.3.2. Contestação	220
5.1.3.2.1. Prescrição.....	223
5.1.3.3. Exceção	232
5.1.3.3.1. Generalidades	232
5.1.3.3.2. Incompetência relativa	233
5.1.3.3.3. Suspeição e impedimento	235
5.1.3.4. Reconvenção.....	240
5.1.3.5. Impugnação ao valor da causa	242
5.1.4. Provas	244
5.1.4.1. Generalidades.....	244
5.1.4.2. Súmulas e OJs do TST sobre a Distribuição do Ônus da Prova	248
5.1.4.3. Meios de prova.....	250
5.1.4.3.1. Depoimento pessoal e interrogatório	250
5.1.4.3.1.1. Diferenciação	250
5.1.4.3.1.2. Confissão	252

5.1.4.3.2.	Testemunhas.....	254
5.1.4.3.2.1.	Conceito.....	254
5.1.4.3.2.2.	Obrigação de testemu- nhar.....	255
5.1.4.3.2.3.	Incapacidade, suspeição e impedimento de tes- temunha.....	255
5.1.4.3.2.4.	Limite legal do número de testemunhas.....	256
5.1.4.3.2.5.	Procedimentos na inqui- ri�o de testemunhas...	258
5.1.4.3.3.	Documentos.....	260
5.1.4.3.3.1.	Conceito	260
5.1.4.3.3.2.	Momento da apresenta- �o dos documentos	261
5.1.4.3.4.	Perícia	262
5.1.5.	Audiência	265
5.1.5.1.	Generalidades.....	265
5.1.5.2.	Audiência de concilia�o e media�o.....	266
5.1.5.3.	Fracionamento da audiência.....	267
5.1.5.4.	Abertura.....	268
5.1.5.5.	Primeira tentativa de concilia�o.....	270
5.1.5.6.	Postula�o do réu	271
5.1.5.7.	Instru�o probatória.....	272
5.1.5.8.	Razões finais	272
5.1.5.9.	Segunda tentativa de concilia�o	273
5.1.5.10.	Audiência Telepresencial e por Videoconfer�n- cia.....	274
5.1.6.	Sentença	275
5.1.6.1.	Improcedência Liminar do Pedido	281
5.1.6.2.	Julgamento Antecipado Parcial do Mérito	282
5.2.	Coisa julgada	283

5.3.	Procedimento sumaríssimo.....	283
5.4.	Procedimento sumário.....	286
5.5.	Comissões de conciliação prévia	286
5.6.	Resumo da matéria.....	288
5.7.	Questões Correlatas.....	311
	Gabarito	348
CAPÍTULO 6 – Recursos Trabalhistas		349
6.1.	Conceito e natureza jurídica	349
6.2.	Princípios recursais	350
6.2.1.	Duplo grau de jurisdição.....	350
6.2.2.	Princípio da unirecorribilidade	350
6.2.3.	Princípio da fungibilidade ou conversibilidade.....	351
6.2.4.	Princípio da voluntariedade	351
6.2.5.	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	352
6.3.	Peculiaridades recursais.....	353
6.3.1.	Irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias	353
6.3.2.	Inexigibilidade de fundamentação.....	353
6.3.3.	Efeito devolutivo dos recursos.....	354
6.3.4.	Uniformidade de prazo para recurso	354
6.3.5.	Instância única nos dissídios de alçada	355
6.4.	Efeitos dos recursos	357
6.4.1.	Devolutivo.....	357
6.4.2.	Suspensivo	357
6.4.3.	Translativo	357
6.4.4.	Substitutivo	358
6.4.5.	Extensivo.....	358
6.4.6.	Regressivo.....	358
6.5.	Juizados de admissibilidade	359
6.6.	Pressupostos recursais objetivos e subjetivos.....	360
6.6.1.	Objetivos.....	360

6.6.2. Subjetivos.....	374
6.7. Recursos em espécies	375
6.7.1. Recurso ordinário	375
6.7.2. Embargos de declaração.....	382
6.7.3. Agravo de petição	384
6.7.4. Agravo de instrumento	385
6.7.5. Recurso de revista.....	389
6.7.5.1. Natureza do recurso de revista.....	389
6.7.5.2. Hipóteses de cabimento.....	390
6.7.5.2.1. Hipóteses específicas de cabimento do recurso de revista.....	390
6.7.5.3. Prequestionamento.....	396
6.7.5.4. Transcendência.....	397
6.7.5.5. Recursos repetitivos.....	398
6.7.5.5.1. Proposta de afetação	402
6.7.5.5.2. Processamento	402
6.7.5.5.3. Julgamento	404
6.7.5.5.4. Questão constitucional.....	405
6.7.6. Embargos.....	406
6.7.7. Agravo regimental e interno.....	409
6.7.8. Recurso adesivo.....	412
6.7.9. Recurso extraordinário.....	415
6.7.10. Pedido de revisão.....	417
6.8. Reclamação correicional.....	418
6.9. Incidente de assunção de competência.....	418
6.10. Incidente de resolução de demandas repetitivas	419
6.11. Súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.....	422
6.12. Resumo da matéria	424
6.13. QUESTÕES CORRELATAS.....	438
Gabarito	462

CAPÍTULO 7 – Execução Trabalhista	463
7.1. Introdução	463
7.2. Legitimidade	465
7.2.1. Ativa	465
7.2.2. Passiva	466
7.2.3. Desconsideração da personalidade jurídica do executado .	467
7.3. Responsabilidade patrimonial do devedor	472
7.4. Títulos executivos trabalhistas judiciais e extrajudiciais	473
7.5. Execução provisória e definitiva.....	474
7.5.1. Execução provisória	474
7.5.1.1. Conceito.....	474
7.5.1.2. Requisitos para instrução	475
7.5.2. Execução definitiva	476
7.6. Liquidação da sentença.....	476
7.6.1. Introdução	476
7.6.2. Modalidades	479
7.6.2.1. Liquidação por cálculo	479
7.6.2.2. Liquidação por arbitramento.....	482
7.6.2.3. Liquidação pelo procedimento comum.....	483
7.6.2.4. Impugnação à sentença de liquidação.....	484
7.7. Execução por quantia certa contra devedor solvente – processa- mento	485
7.7.1. Citação, pagamento, depósito para apresentação de embar- gos.....	485
7.7.2. Nomeação de bens à penhora.....	487
7.7.3. Penhora	489
7.7.3.1. Introdução	489
7.7.3.2. Bens impenhoráveis	491
7.7.3.3. Execução por carta	494
7.7.4. Embargos à execução.....	495
7.7.4.1. Matéria arguível	495

7.7.4.2.	Prazo e procedimento	497
7.7.5.	Exceção de pré-executividade	498
7.7.6.	Prescrição intercorrente	500
7.7.7.	Embargos de Terceiro	503
7.7.8.	Avaliação, leilão, arrematação, adjudicação, remição e alienação por iniciativa particular	506
7.7.8.1.	Avaliação.....	506
7.7.8.2.	Leilão	507
7.7.8.3.	Arrematação	509
7.7.8.4.	Adjudicação.....	513
7.7.8.5.	Remição	515
7.7.8.6.	Suspensão e extinção da execução.....	515
7.7.8.7.	Alienação por iniciativa particular.....	519
7.8.	Execução contra a massa falida.....	521
7.9.	Execução de contribuição previdenciária	524
7.10.	Execução contra a Fazenda Pública	534
7.10.1.	Introdução	534
7.10.2.	Prazo para oferecimento de embargos	536
7.10.3.	Precatório	536
7.10.4.	Débitos de pequeno valor	543
7.10.5.	Regime especial de liquidação dos precatórios – art. 97 do ADCT	545
7.11.	Execução por Prestações Sucessivas	551
7.12.	Da certidão negativa de débitos trabalhistas.....	551
7.13.	Hipoteca judiciária, protesto de decisão judicial e inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes	552
7.13.1.	Hipoteca judiciária.....	553
7.13.2.	Protesto judicial	553
7.13.3.	Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes	554
7.14.	Resumo da matéria.....	554

7.15. Questões Correlatas.....	567
Gabarito	583
CAPÍTULO 8 – Procedimentos Especiais	585
8.1. Ação rescisória.....	585
8.1.1. Conceito e cabimento	585
8.1.2. Requisitos	586
8.1.3. Competência	588
8.1.4. Legitimidade.....	589
8.1.5. Ação rescisória e sentença homologatória de acordo	590
8.1.6. Juízo rescindente e rescisório.....	591
8.1.7. Hipóteses de cabimento	592
8.1.8. Petição inicial.....	602
8.1.9. Processamento	604
8.1.10. Prazo	605
8.1.11. Recurso.....	607
8.2. Mandado de segurança.....	608
8.2.1. Conceito e natureza jurídica.....	608
8.2.2. Competência	608
8.2.3. Condições específicas e hipóteses de cabimento.....	610
8.2.4. Não cabimento	611
8.2.5. Processamento	613
8.3. Ação civil pública	620
8.3.1. Conceito	620
8.3.2. Cabimento na Justiça do Trabalho	620
8.3.3. Proteção dos interesses e direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	622
8.3.4. Competência material e territorial	625
8.3.5. Legitimidade do Ministério Público do Trabalho	626
8.3.6. Outros legitimados e litisconsórcio	628
8.3.7. Objeto.....	630

8.3.8. Tutela preventiva.....	630
8.3.9. Prescrição.....	631
8.3.10. Coisa julgada e litispendência.....	632
8.4. Ação Anulatória de Cláusulas Convencionais.....	634
8.5. Tutelas provisórias de urgência e evidência	637
8.5.1. Tutelas de urgência e evidência	637
8.5.1.1. Espécies de tutelas de urgência.....	637
8.5.1.1.1. Tutela de urgência antecipada	638
8.5.1.1.2. Tutela de urgência cautelar	639
8.5.1.2. Tutela de evidência.....	640
8.6. Homologação de acordo extrajudicial	640
8.7. Resumo da matéria.....	642
8.8. Questões Correlatas.....	652
Gabarito	658
CAPÍTULO 9 – Dissídio Coletivo	659
9.1. Dissídio coletivo.....	659
9.1.1. Conceito.....	659
9.1.2. Poder normativo.....	660
9.1.3. Cabimento	662
9.1.4. Classificação	663
9.1.5. Partes e iniciativa.....	664
9.1.6. Competência de julgamento.....	666
9.1.7. Procedimento	667
9.1.8. Cláusulas constantes no dissídio coletivo.....	669
9.2. Sentença normativa.....	670
9.2.1. Conceito e natureza.....	670
9.2.2. Início da vigência	670
9.2.3. Prazo	671
9.2.4. Efeitos e coisa julgada.....	671

9.2.5. Recursos – efeitos.....	672
9.2.6. Extensão.....	673
9.2.7. Revisão	673
9.2.8. Ação de cumprimento.....	674
9.3. Dissídio coletivo no serviço público.....	676
9.4. Resumo da matéria.....	677
9.5. Questões Correlatas.....	682
Gabarito	686